



A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O CASO NO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

Juliana Gomes da Silva de MELO¹ (UEG)
Cleumar de Oliveira MOREIRA²(UEG)

SESSÃO DE PÔSTER

RESUMO

Este estudo buscou compreender o processo criação e expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) no município de Aparecida de Goiânia-GO. Verificou-se, coadunado com o cenário nacional de tendência privatista da Educação Superior, que o município, a partir das reformas educacionais de finais da década de 1990 e início dos anos 2000, apresentou elevados índices de crescimento do setor privado em detrimento do público. Nesse sentido, a análise abordou os governos de FHC, período da criação das primeiras IES, Lula e Dilma Rousseff que deram continuidade à tendência na municipalidade. Para atingir os objetivos, a proposta metodológica esteve pautada no estudo de caso. Como instrumento metodológico utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental, elaboração de mapas utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e análise estatística dos dados obtidos junto a órgãos públicos.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Expansão; Privatização; Aparecida de Goiânia.

1Prof. Ms. em Geografia. Universidade Federal de Goiás (UFG), E-mail: julysgomes@hotmail.com

2 Prof.Ms. em História. Universidade Estadual de Goiás (UEG), E-mail: cleumardeoliveira@gmail.com



INTRODUÇÃO

Há muito se debate sobre a importância da educação para diminuir as desigualdades sociais e permitir a formação de cidadãos críticos e ativos. Ao iniciarmos o século XXI, a educação ainda aparece como a grande esperança para milhares de pessoas em busca de melhorias nas condições de vida material diante da imposição do sistema capitalista e as transformações, políticas, econômicas, culturais e sociais.

A globalização perversa (SANTOS, 2006), permitiu a ampliação das mazelas impostas pelo sistema capitalista, ao mesmo tempo em que produziu a sensação de homogeneizado do espaço - espaços de globalização - e a aceleração de modificações conjunturais frente ao avanço do neoliberalismo e do meio técnico-científico-informacional.

Nesse cenário, a educação superior passa por inúmeras modificações em âmbito nacional como regional. Modificações estas que lhe trouxeram novas características, não mais como produtora de conhecimento, mas como ideal de produtividade e eficiência para atender o mercado de trabalho e o setor privado, que se orientam pelos organismos multilaterais representados pelo Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas (ONU) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estas modificações apontam a necessidade de novos estudos destacando de que modo a educação superior tem se concretizado nas diferentes regiões do Brasil. Em um nível local, destacamos o processo de expansão da educação brasileira presencial, a partir do viés de análise municipal no contexto goiano. Destacamos para este estudo de caso, o município de Aparecida de Goiânia (GO). Como instrumento metodológico utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental, elaboração de mapas utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e análise estatística dos dados obtidos junto a órgãos públicos.

O município de Aparecida de Goiânia, faz parte da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Abrange uma área de 288,122 km², onde vivem cerca de 455.657 habitantes, (IBGE, 2010). Nas últimas décadas vem apresentando um crescimento populacional e econômico acelerado, acarretando diversas transformações do espaço urbano. A atual gestão (PMDB), sob o slogan “Fazendo cada vez mais” tem investido na construção de diversas obras públicas, visando tornar a cidade mais atrativa para investimentos por meio de um discurso de



modernidade e melhorias para a população.

No que concerne à educação superior, as primeiras IES aparecidenses foram implantadas no final da década de 1990. O município atualmente, de acordo com dados do MEC/INEP, possui 18 IES atuantes, destas, apenas sete são presenciais, sendo as demais, polos de educação à distância com sede em outras localidades.

A expansão das IES, em especial das instituições particulares em Aparecida de Goiânia, estão vinculadas às reformas educacionais do Ensino Superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante os anos de 1995 à 2002, (DOURADO, 2002), e as implementadas durante a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) com Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 à 2010 e Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, (REIS, 2014; FERREIRA, OLIVEIRA, 2016). Neste sentido, a centralidade desta pesquisa se concentrou no final da década de 1990 com a criação das primeiras IES e sua expansão nos governos subsequentes. Para entendermos como esse processo se deu em Aparecida de Goiânia, é importante compreendermos como esse processo ocorreu em âmbito nacional, cujo município é representativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de 1980 é significativa para o Brasil em termos de expansão, interiorização, privatização, modificações na qualidade e fragmentação do ensino superior (REIS, 2014). Essas características ficaram mais evidentes sob a ideologia capitalista de redefinição do papel do Estado apregoado pelo ideário neoliberalista das reformas do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A inserção do país na lógica neoliberal representou a ideia de modernização brasileira frente ao processo de globalização. O Estado mínimo passou a ser visto como a solução para a retomada do desenvolvimento econômico necessário durante a redemocratização do Brasil e serviços básicos passaram a acompanhar a lógica do campo econômico.

Organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas (ONU), se tornaram interlocutores no processo de abertura nacional ao capital internacional. Dourado (2002, p. 238) destaca o



papel do BM nas modificações educacionais na América Latina e, principalmente no Brasil “ao difundir, entre outras medidas, em seus documentos uma nova orientação para a articulação entre a educação e produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação”.

O que revela o caráter utilitarista da educação em contraposição a ideia de equidade social. O pouco investimento da educação superior pública com a ampliação do número de vagas e abertura de novos campus resultou no aumento de instituições privadas transferindo para o mercado o papel de qualificar o trabalhador.

Durante seu governo, houve uma grande expansão da educação superior, sobretudo nas IES privadas. O número de estudantes saltou de 1.759.703 em 1995, para 3.479.913 em 2002. (MEC/INEP). Nota-se uma grande expansão na educação superior privada no governo FHC de 1995 para 2002, com percentual de aumento de 129,3% em detrimento do público, 44,7% federal e 73,7% do estadual. O que demonstra o pouco investimento na educação pública federal e a lógica intrínseca de privatização da educação superior.

As novas diretrizes das políticas educacionais resultaram na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) esvaziada das reais necessidades da sociedade civil, sendo por isso caracterizada como uma LDB minimalista (Dourado, 2002). Ainda segundo o autor;

A LDB reserva à educação superior um conjunto de princípios que indicam alterações para esse nível de ensino, balizado de um lado, paradoxalmente, pelos processos ditos de descentralização e flexibilização presentes nessa legislação e, de outro lado, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos standardizados (DOURADO, 2002, p. 242).

Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder (200-2010) e sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2016), não verificou-se uma real ruptura em relação ao governo anterior no papel do desenvolvimento econômico e social do Brasil (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016).

A política neodesenvolvimentista dos presidentes apesar de defenderem o crescimento como essencial para garantir a eliminação das desigualdades sociais não combateu a



imposição do sistema financeiro e, manteve como aliados os latifundiários e setores privados, perpetuando assim o problema da concentração de riquezas nas mãos de poucos.

No entanto, ao assumir o papel essencial da educação para o desenvolvimento do país, apesar das diversas críticas ao governo, houve a elaboração de políticas e planos para a educação superior, sobretudo para a ampliação e abertura de novas vagas nas Universidades Federais, sem deixar de lado, a preocupação com a expansão do setor privado (MAGALHÃES, 2009).

As universidades federais passaram por modificações em perspectiva de função social contrapondo a do governo anterior, não mais vista apenas como reprodutora de mão de obra para o mercado de trabalho, mas como fonte de geração de conhecimento e inovações capaz de formar competências apropriadas para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a universidade federal, na ótica do projeto desenvolvido durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, passou a ser concebida como um meio de possibilitar o desenvolvimento social. “Do conjunto das 63 universidades federais, 14 foram criadas ou transformadas no governo de Lula da Silva e quatro no governo de Dilma Rousseff” (MAGALHÃES, 2009).

Assim, no início dos anos 2000 há uma clara expansão da ampliação do número de vagas e criação de novas Universidades federais. Entre os programas criados voltados para a educação superior dentro da perspectiva de redução das desigualdades sócias tem-se o Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2004, com altos investimentos públicos nas IES privadas e isenção fiscal e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, com criação de novos *campi* no interior dos estados.

A ampliação do número de vagas nas IES públicas e possibilidade de ingresso em IES particulares com um expressivo aumento do número de cursos e vagas contribuíram para a ampliação do número de matrículas nos cursos de graduação presencial em todo o país. Fato é que, ainda há uma grande discrepância em relação à qualidade de ensino de grande parte das IES privadas em relação às públicas. Estas ainda concentram a elite nos cursos de maior prestígio social, enquanto as camadas menos favorecidas recorrem àquelas no intuito de concluir a graduação superior, preenchendo, principalmente, as vagas nos cursos de licenciatura.



O estado de Goiás, no final da década de 1960, conforme Magalhães (2009) registrou uma pequena expansão do ensino superior público, em contramão à tendência nacional de privatização do ensino. Em 1969, o total de matrículas nas IES Públicas representaram 70,42% em contraposição à 29,58% das IES Privadas. Essa estruturação do ensino superior em Goiás efetivou-se ao longo das décadas de 1960 e 70 com a criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão em Anápolis, Faculdades de Ciências Econômicas de Anápolis e Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Esefego) e a subsequente organização do ensino universitário com o surgimento das Universidades Federal de Católica de Goiás (DOURADO, 2001).

No entanto, já na década de 1990, a tendência inverteu, principalmente após a aprovação da LDB/1996. Goiás, seguindo a tendência nacional verificou um processo de expansão acelerada do ensino superior caracterizada pela privatização da oferta. O gráfico é ilustrativo dessa situação.

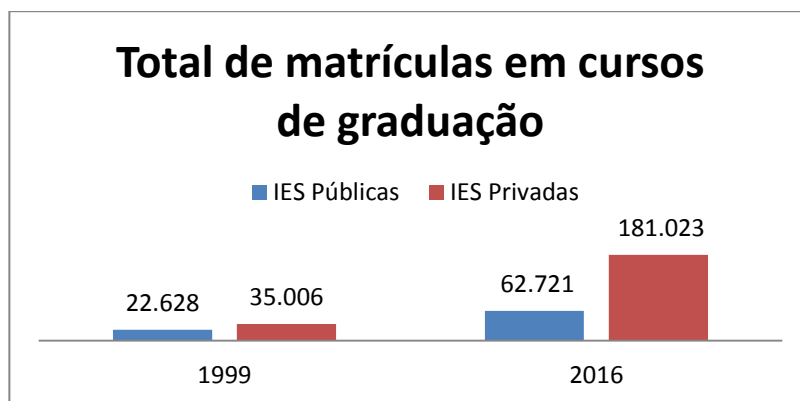


Gráfico 01: Censo da Educação Superior, Goiás, 2016.
Fonte: Mec/Inep

No ano de 1994, o estado possuía 33 IES e no final do governo FHC (2002), o estado computava 56 IES, o que representou um aumento de 69,70% de IES, sendo a maioria de dependência administrativa particular. Nos governos de Lula e Dilma Rousseff, a expansão das IES continuou seguindo a lógica de mercantilização da educação superior. Em 2010, das 80 IES existentes, 90% eram privadas (REIS, 2014).



Nesse panorama podemos compreender como se deu o processo de expansão das IES no município de Aparecida de Goiânia (global-local). O município, devido as políticas educacionais do ensino superior expandiu sua oferta com a prevalência do setor privado, como iremos discutir a seguir, em detrimento do público.

Considerando as medidas adotadas nos governos FHC (1995-2002), Lula (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o município de Aparecida de Goiânia, segue a mesma tendência nacional, qual seja, a de expansão das IES particulares em detrimento das públicas, com uma maior oferta de cursos e vagas. Atualmente o município possui sete instituições de ensino presenciais: FANAP, UEG, UNIFAN, FAN PADRÃO, IFG, UFG e Sul D'América.

Embora o município, faça parte da RMG, podemos classificá-la dentro do processo de expansão e interiorização do ensino superior em Goiás (DOURADO, 2001). A expansão está relacionada com a garantia de acesso da população ao ensino assegurada pela Constituição Federal (1988) e reafirmada na LDB/96, sem, no entanto, deixar de atender as exigências do capitalismo. Por isso, o município vivencia um descompasso entre oferta educacional superior dos setores públicos sobrepujado pelo particular, muitas vezes, com financiamento público, em detrimento das instituições públicas tanto federais, quanto estaduais.

Aparecida de Goiânia, embora fundada no ano de 1922 e sendo elevada à categoria de município apenas em 1963, apresenta altos índices de crescimento econômico, social e demográfico, principalmente a partir da década de 1990 por meio das políticas de isenção fiscal para atrair empresas e gerar empregos para a região, (MELO, 2016).

Com o aumento da população e a necessidade de investimentos em serviços básicos essenciais, como a criação de IES, o poder público municipal incentivou e viabilizou a criação destes espaços para atender a demanda aparecidense e municípios vizinhos para o ensino superior, já que, em sua maior parte, se deslocavam à Goiânia para continuar os estudos em nível superior.

As primeiras IES presenciais foram criadas no governo FHC, em 1999 iniciou o funcionamento da Faculdade Nossa Senhora Aparecida (FANAP), e a Universidade Estadual de Goiás (UEG). Posteriormente Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN) no ano de 2000. Nos Governos Lula e Dilma Rousseff, houve um aumento de 33,33% no número de IES com a

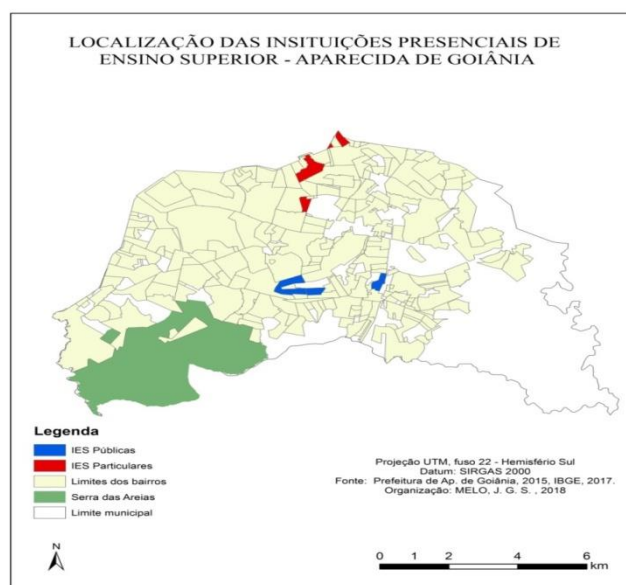


estão ligadas ao Reuni, programa que possibilitou a expansão de novos *campis* para o interior, reafirmando o processo de interiorização da educação superior em Goiás.

As IES de dependência particular são quatro: Fanap, Unifan, Padrão e Faculdade Sul D'América. As demais IES particulares existentes em Aparecida de Goiânia oferecem polos de graduação na modalidade à distância (EAD), com sede em outros estados.

Na esfera pública temos a estadual, a UEG (campus Aparecida de Goiânia) e na esfera federal o IFG (campus Aparecida de Goiânia) e a mais recente, UFG (campus Aparecida de Goiânia). Pelo mapa podemos perceber que há uma clara intencionalidade de centralização das IES públicas, no sentido de atrair os estudantes para o interior do município. As IES particulares, apresentam uma forte ligação com Goiânia, pois se concentram na parte norte de Aparecida de Goiânia, próxima a divisa com Goiânia, no claro intuito de atrair também estudantes da capital.

A criação destas instituições nem sempre se concretizam por meio de um planejamento qualitativo, mas, por meio de artifícios políticos, barganhas com empresários sob o “discurso de modernização e desenvolvimento regional” (DOURADO, 2001, p. 24). É nesse viés que o governo municipal vem investindo nas últimas décadas atraindo investimentos para o município, gerando empregos com a isenção de tributos para indústrias farmacêuticas, minerais, alimentícias e de roupas. A contrapartida é o abrandamento das leis ambientais e transformação do espaço público em mercadoria, objeto de barganha entre o município e empresas privadas (MELO, 2016).



Com relação à expansão do ensino superior em Aparecida de Goiânia e a criação de IES é resultado da política neoliberal iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e intensificada nos governos Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 à 2010 e Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, o que representou um aumento de 133,33%.

No entanto, assim como o contexto nacional, em Aparecida de Goiânia há um crescimento do ensino superior privado, como maior oferta de vagas, em detrimento do público que não consegue atender a demanda da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais para educação superior a partir dos anos 1990 evidenciaram uma tendência nacional: privatização da educação superior e sua expansão em número de cursos e vagas. O que pode ser confirmado no município de Aparecida de Goiânia.

Com o segundo maior contingente populacional do estado de Goiás e a pressão por serviços essenciais básicos como o acesso à educação superior, impulsionou a criação das primeiras IES na localidade a partir de 1999. No entanto, verificou-se o embate entre os setores público e privado.



Em Aparecida de Goiânia, seguindo a tendência nacional, assiste-se a valorização e consequentemente, o crescimento do ensino superior privado, com maior oferta de vagas e cursos, destinados, em sua grande maioria a trabalhadores que não conseguem ingressar nas IES públicas.

Novos estudos precisam ser realizados para compreendermos melhor o processo crescente de privatização da educação superior em Aparecida de Goiânia, já que não há estudos específicos. O estudo teve a pretensão de contribuir com o levantamento de dados e informações disponíveis para que novas discussões sejam travadas.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. O estado e as políticas de expansão do ensino superior. In: Interiorização da educação superior e privatização do público. Goiânia: Ed. da UFG, 2001. p. 23 a 96.

_____. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Revista Educação e Sociedade**, vol. 23, n 18, set. de 2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em agosto de 2017.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. Expansão, interiorização e alterações nas universidades federais no contexto do desenvolvimentismo. In: **Universidades públicas: mudanças, tensões e perspectivas**. FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs). Campinas: Mercado das Letras, 2016, p, 17-56.

MAGALHÃES, Luciana de Castro. **O financiamento da Universidade Estadual de Goiás: O programa bolsa universitária e o custo do aluno**. 2009. 228f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia 2009.

MELO, Juliana G. da Silva. A (re)apropriação do cerrado na área urbana do município de Aparecida de Goiânia-GO. In: XIV Encontro Regional de Geografia – Geopolítica do Cerrado: natureza, economia e política. 2016, p. 504-516.

REIS, Márcia Santos Anjo. **Expansão e interiorização da educação superior: o caso singular do município de Jataí-GO**. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.